

GOVERNO CONSEGUIU CONTER A EMISSÃO DE MOEDA

Tesouro fechou fevereiro com superávit e o déficit da Previdência já diminuiu

A base monetária (emissão de moeda na economia) no mês de fevereiro caiu três por cento em relação à janeiro, segundo o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad. Em janeiro deste ano, a base havia crescido 8,4 por cento, dado considerado excepcional, já que neste mês, historicamente, sempre há uma redução comparando com os dados de dezembro.

Nos últimos doze meses, a expansão da base monetária ficou em 80 por cento, contra 87,7 por cento em janeiro. O comportamento dos meios de pagamentos também foi mais favorável: em fevereiro, os meios de pagamentos apresentaram uma taxa de expansão acumulada, nos últimos doze meses, de cerca de 70 por cento, contra 75 por cento em janeiro.

A contração do volume de emissão de moeda em fevereiro foi causada não só pela atuação do Banco Central, no open, retirando do mercado aberto Cr\$ 23,4 bilhões, mas também porque o Tesouro apresentou superávit de caixa e o déficit da Previdência diminuiu devido ao aumento das contribuições dos empregados e empregadores.

Até abril, Haddad considera que não haverá mais déficit da Previdência com os bancos. Hoje, só com o Banco do Brasil, o Iapás está com um saldo devedor de Cr\$ 20 bilhões.

EXPECTATIVAS OTIMISTAS DEMAIS

Haddad considera que não ocorrerá por parte das autoridades descontrolado quanto à execução da



política monetária, neste início de ano. Segundo ele, 1982 será um ano extremamente difícil para o País, ainda com recessão econômica, e não é verdade que o Governo esteja permitindo uma maior expansão da moeda visando à recuperação econômica.

— O ano começou mal — disse ele — levando-se em conta as expectativas extremamente otimistas do final do ano passado. No entanto, a inflação nos últimos doze meses continua caindo e já em fevereiro tivemos resultados bem mais favoráveis quanto à política monetária.

As taxas de inflação de janeiro (6,3 por cento) e de fevereiro (6,8 por cento), de acordo com Haddad não foram causadas pela expansão mas elevada da base monetária em dezembro e janeiro. Não se verificou no mercado financeiro uma melhoria nas condições de liquidez que permitisse a reativação da economia. Pelo contrário, nestes meses a liquidez continuou muito pressionada, sobretudo em janeiro, quando o dinheiro que proporcionou a expansão da base (depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central e depósitos à vista no Banco do Brasil) não chegou ao mercado aberto.

RECESSÃO CONTINUA

O que não está sendo muito bem entendido pela sociedade brasileira, na opinião de Haddad, é que nada mudou no tocante aos problemas econômicos do País.

— Foi vendida uma imagem, no final do ano passado de que se chegou ao fundo do poço em 1981 e que a partir de janeiro de 1982 a economia ia se recuperar. No entanto, o quadro é o mesmo. A política econômica este ano terá as mesmas linhas do ano passado e a dívida pública terá que ser acionada, voltando a retirar do mercado aberto uma "quantia fabulosa" — disse ele.

Para exemplificar como a situação é a mesma de 1981, Haddad citou o fato de que as taxas de juros continuam extremamente altas; o setor produtivo não apresenta nenhum sinal de recuperação; o Governo continua a lutar no sentido de conter os gastos públicos e reduzir o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos.

A política salarial, no seu entender, continua sendo um instrumento que dificulta o combate à inflação, na medida em que corrige os salários com base na inflação passada.

E apesar de o Governo ter reduzido os gastos com energia e com o Proálcool, até hoje não foi feita uma opção entre se cortar violentamente os gastos públicos e os subsídios agrícolas, ou se aumentar os tributos sobre a população brasileira.

DÍVIDA PÚBLICA PREOCUPA

O fato de a dívida pública conti-

nuar tendo de crescer muito este ano, segundo Haddad, é um dado preocupante, porque cada vez mais o Governo está se apossando da poupança do País, em detrimento da participação do setor privado na captação de poupança.

No entanto, ele considera que não há outra saída para financiar o setor público. E não vê nenhuma contradição quanto ao Orçamento Monetário mencionar um crescimento zero para a dívida pública este ano e o uso do mercado aberto apenas como conta residual, "porque o Orçamento Monetário é apenas uma diretriz, que necessariamente não é seguida ao longo do ano."

Haddad acha que sempre é possível ampliar a dívida, seja por meio dos padrões formais, seja por meio de outros padrões, como o emprego de leilões informais no mercado secundário (o go-around).

Ele refuta a tese de que o aumento das taxas de desconto das Letras do Tesouro Nacional, necessário para tornar o papel mais atraente aos investidores, seja a causa da elevação dos juros no País, no início desse ano.

Para Cláudio Haddad, o que eleva os juros dos empréstimos bancários é o limite que os bancos têm para expandir o crédito.

Explicou que o controle do crédito aumenta a margem de ganho (spread) dos bancos, e este é o motivo dos grandes lucros do setor financeiro, e não as taxas nominais de juros, como costuma ser entendido.



Cláudio Haddad disse que o aumento da dívida pública preocupa, mas que "não há outra saída"

O que é o spread bancário? É a diferença entre a taxa que o banco paga ao investidor para captar recursos, quando vende um Certificado de Depósito Bancário, e a que o banco recebe do empresário que toma um empréstimo. Ou seja, a diferença entre a taxa de captação e de aplicação do banco. Esta diferença, que antes da liberação dos juros e do controle do crédito estava em dois por cento, hoje é de 30 por cento.

De acordo com o diretor do Banco Central, o banco não paga muito ao investidor para captar recursos — um CDB está sendo colocado à taxa de 105 por cento ao ano, no mercado — porque, devido ao limite de crédito, não tem interesse em captar depósitos, já que não poderá emprestá-los além de determinado percentual em cada trimestre. E na outra ponta, a da aplicação, o banco cobra taxas muito elevadas, sempre acima das taxas externas de juros muito elevadas, sempre acima das taxas externas de juros, porque a oferta de recursos nos bancos é muito menor do que a procura.

A elevação da taxa de desconto das Letras do Tesouro, a seu ver, tem um efeito de curto prazo sobre os juros. Mas, a longo prazo, o que está determinando as taxas de juros internas é o limite quantitativo do crédito e a taxa de juros externa.

A FAVOR DA FIESP

Cláudio Haddad é a favor da proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de que o banco que captar mais recursos externos seja premiado com um limite de crédito para as aplicações em cruzeiros acima dos 50 por cento ao ano.

Segundo ele, no final do ano passado o Governo via com simpatia esta medida, mas resolveu não adotá-la porque os banqueiros internacionais poderiam considerar que o Brasil estava beneficiando seus bancos por ter muita necessidade de recursos externos.

— Agora, observou Haddad — a situação mudou. São os empresários que estão solicitando uma flexibilização da política de controle do crédito, visando à redução dos juros. A medida tem condições de ser adotada.